

INSTABILIDADE POLÍTICA E DEMOCRACIA NA VENEZUELA – DE CARLOS ANDRÉS PÉREZ A HUGO CHÁVEZ.

Por André Luiz Coelho Farias de Souza[i]

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar a política venezuelana a partir dos principais eventos de instabilidade política e presidencial ocorridos nos últimos 25 anos, período marcado por uma série de mudanças políticas e institucionais no país, a saber: o declínio do chamado Pacto de Punto Fijo e dos partidos tradicionais; o início das reformas políticas e econômicas de cunho neoliberal, bem como o agravamento do conflito social, provocando quebras institucionais e sérios desafios à permanência dos presidentes venezuelanos desde então.

Palavras-Chaves: Venezuela; Democracia, Instabilidade Política e Presidencial.

Abstract: This article seeks to analyze the Venezuelan politics from the main events of political and presidential instability occurred in the last 25 years, a period marked by a series of institutional and political changes in the country: the decline of the Punto Fijo Pact and the traditional parties; the beginning of the neoliberal political and economic reforms, as well as the exacerbation of the social conflict, triggering institutional breakdowns and serious challenges to the permanence of the Venezuelan presidents since then.

Keywords: Venezuela; Democracy; Political and Presidential Instability

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar a política venezuelana a partir dos principais eventos de instabilidade política e presidencial ocorridos nos últimos 25 anos, período marcado por uma série de mudanças políticas e institucionais no país. O declínio do chamado Pacto de Punto Fijo[ii] e dos partidos tradicionais; o início das reformas políticas e econômicas de cunho neoliberal, bem como o agravamento da crise política e econômica provocaram quebras institucionais e desafios à permanência dos presidentes venezuelanos até o final de seus mandatos constitucionais.

Nesse contexto, episódios paradigmáticos como o *Caracazo* em 1989; a destituição de Carlos Andrés Pérez da presidência em 1993; a ascensão de Hugo Chávez em 1998 e seu retorno após o golpe de 2002, além da posterior consulta popular de 2004 - que assegurou sua permanência no poder - constituem uma série de acontecimentos importantes que devem ser estudados mais detalhadamente, principalmente quando pensados em um contexto de grande instabilidade política na América Latina no mesmo período.

Coelho (2013) analisa 18 países da região entre 1990 e 2012 e chega a conclusão de que 21% dos indivíduos que chegaram à presidência dos seus respectivos países não conseguiram encerrar seus mandatos presidenciais no tempo previsto, constituindo casos de quedas presidenciais causadas por *impeachment*, renúncia ou golpe. Países como Equador e Bolívia apresentaram trajetórias semelhantes tanto em relação às seguidas quedas presidenciais como também na forma peculiar que estas se apresentaram e dos atores envolvidos no processo. O caso argentino também se assemelha muito aos anteriores, considerando a grave crise política e econômica atravessada pelo país no início dos anos 2000, redundando em quebras institucionais e renúncia de presidentes.

Já o caso do impedimento de Fernando Collor no Brasil em 1992 pode ser considerado paradigmático em muitos sentidos. Sua saída do poder, através de um processo político que funcionou todo o tempo sob a égide das instituições democráticas, sua malfadada tentativa de governar com uma coalizão minoritária, bem como as relevantes manifestações populares que contribuíram para seu afastamento acabaram influenciando no ano seguinte a destituição de Carlos Andrés Pérez na Venezuela pelo mesmo motivo. Do mesmo modo, os anos da presidência de Fujimori no Peru foram ricos em instabilidade política, com eventos como o autogolpe em 1992 e duas reeleições tidas como ilegais, além de sua posterior renúncia nos anos 2000. Recentemente (2009), o então presidente de Honduras, Manuel Zelaya, foi deposto do poder por forças militares que teriam agido sob o comando da Corte Suprema e do Congresso Nacional daquele país, em uma espécie de golpe travestido de constitucionalidade.

Obras recentes como a de Pérez-Liñán (2008) chamam a atenção para o paradoxo das quedas presidenciais sucessivas nos países da América do Sul sem prejuízo para o regime, ou, *para a emergência de democracias estáveis com governos instáveis*. Sendo assim, um dos principais objetivos desse artigo é contribuir para esse debate, realizando um “estudo de caso” da política venezuelana desde 1989.

O artigo está dividido em quatro partes: na primeira, apresento um breve histórico dos principais eventos de crises políticas e presidenciais ocorridos no período analisado. Em seguida, discuto dois argumentos relacionados ao tema da manutenção da estabilidade política no país: a ação da sociedade civil organizada e as diversas

tentativas de reformas constitucionais ocorridas nos últimos 25 anos. A última parte corresponde à conclusão do texto.

Histórico recente venezuelano

O período analisado se inicia em 1989 com a eleição de Carlos Andrés Pérez, do Partido Ação Democrática (AD), que conseguiu 53% dos votos válidos para exercer seu segundo mandato presidencial. Em sua campanha eleitoral, prometeu o retorno da “era de ouro da bonança do petróleo”, que coincidia exatamente com seu primeiro mandato constitucional, em meados da década de 1970.[iii] De acordo com Lalander, naquela época o preço do petróleo quadruplicou e Andrés Pérez utilizou as receitas provenientes da exportação para subsidiar programas estatais e com isso melhorar as condições de vida da população. (LALANDER, 2010: p. 129)

Uma de suas primeiras medidas após a posse foi introduzir um pacote de reformas de cunho neoliberal com o intuito de diminuir o aprofundamento da crise social e econômica no final dos anos 1980, que ficou conhecido à época como “*el gran viraje*”. Suas propostas incluíam privatizações, desvalorização da moeda, reforma tributária, desregulação e redução de tarifas, entre outras. Ao mesmo tempo, aumentaram os preços dos produtos produzidos pelas indústrias estatais, principalmente aquelas ligadas ao petróleo, o que aumentou consequentemente a gasolina e as tarifas de transportes públicos.

Sua política econômica foi apoiada pelo FMI, mas não recebeu apoio de seu próprio partido - a Ação Democrática (AD) – e tampouco de grande parte da população. De acordo com Lalander (2010, p. 133), a opção pelas reformas estruturais não foi bem recebida porque seria contrária à trajetória política e às promessas de Andrés Pérez, que afirmou em sua campanha eleitoral que, caso fosse eleito, não implementaria o neoliberalismo na Venezuela. Sobre o FMI, o então candidato Andrés Pérez afirmou se tratar de “uma bomba que só existe para matar pessoas”. Deste modo, podemos caracterizar a virada programática de Andrés Pérez como um caso de *policy switch*[iv] ou estelionato eleitoral na América Latina. As eleições estaduais, que ocorreram concomitantemente à eleição presidencial, também não foram positivas para o

mandatário, visto que alguns dos principais Estados venezuelanos eram governados por políticos de esquerda e críticos ao ajuste neoliberal.

A evolução do conflito produziu uma crise de governabilidade e o início de uma série de protestos nas ruas, que culminou no conhecido *Caracazo*, caracterizado como uma insurreição civil contra o governo Pères que matou ao menos 300 pessoas (segundo fontes não oficiais mais de mil pessoas teriam sido mortas). Depois do *caracazo*, pressionado pela oposição, Andrés Pérez optou por descentralizar a administração do país, o que em um segundo momento acabou sendo ainda mais prejudicial para sua permanência do poder, já que os governadores de oposição ganharam mais força e expressão política.

Em 1991, explodiram novas manifestações contrárias à política econômica do presidente. Os manifestantes exigiam o cumprimento das promessas de campanha, traídas quando o mesmo chegou ao poder e implementou as reformas neoliberais. Os primeiros protestos foram iniciados por estudantes e por simpatizantes da oposição, gerando, alguns dias depois, uma greve geral no país.

Em fevereiro de 1992, uma tentativa de golpe militar comandada pelo então tenente coronel Hugo Chávez Frias com o objetivo de tomar o poder no país foi derrotada pela ação dos militares que permaneceram fiéis ao presidente Andrés Pérez (FLORES E LEITE, 2007: p. 345). Segundo Aumaitre, a tentativa de golpe alterou a confiança da população em relação ao governo do então presidente, realidade que foi demonstrada com uma nova tentativa de golpe em novembro do mesmo ano. Para o autor, ficou claro a existência de uma forte oposição no país com nível de organização suficiente para desestabilizar o regime democrático e que contava com simpatizantes tanto dentro das forças armadas como nos setores civis (AUMAITRE, 2004: p.402).

Apesar de todas as demonstrações feitas pela sociedade civil, das seguidas tentativas de golpe militar, do aumento da desaprovação de seu governo e da pressão política das sucessivas greves que paralisaram o país, Andrés Pérez se recusou a mudar sua política econômica, persistindo no aprofundamento das reformas estruturais (LALANDER, 2010: p. 135).

Em novembro de 1992, apenas 17 dias após a segunda tentativa de golpe militar, duas reportagens acusaram o presidente de desvio de verbas públicas ligadas ao

Ministério das Relações Exteriores, tanto para uso pessoal como político. O mandatário negou todas as acusações. Nesse meio tempo, o Congresso venezuelano começou a debater opções para encurtar o mandato de Andrés Pérez, mas a AD e o Copei foram contrários. O presidente contra-atacou sugerindo uma nova reforma constitucional, que também não foi aceita pelo legislativo. Contudo, em março de 1993, o Procurador-Geral, Escovar Salom, denunciou oficialmente Andrés Pérez por má administração de fundos públicos. Dois meses depois a Suprema Corte aprovou a acusação, declarando que de fato existiam evidências suficientes para processar o presidente. No dia seguinte, os senadores venezuelanos decidiram de maneira unânime retirar a imunidade do presidente e automaticamente suspender Andrés Pérez da presidência (LALANDER, 2010: p. 138).

No mês de junho, novos documentos que comprovavam o desvio de verbas realizado por Andrés Pérez foram apresentados. Em agosto de 1993, o Congresso removeu definitivamente o presidente do cargo de mandatário após as claras evidências de corrupção apresentadas. Sua saída representou a primeira e única vez na história da democracia na Venezuela que um presidente não conseguiu levar o seu mandato até o final (LALANDER, 2010: p. 129).

De acordo com Pérez-Liñán, o modelo realizado no Brasil no impeachment de Collor teria sido a inspiração para a destituição de Andrés Pérez, ainda que as trajetórias pessoais e as bases de sustentação parlamentar de ambos fossem completamente diferentes (PÉREZ-LIÑÁN, 2009: p. 43).

Após o *impeachment*, uma nova crise tomou conta do país, acerca de quem deveria assumir o cargo. O presidente do Congresso, Octávio Lepage (AD), que havia sido ministro na administração de Andrés Pérez, assumiu interinamente a presidência, enquanto o Congresso discutia qual seria a melhor saída para o período que ainda restava a ser concluído do mandato anterior. De acordo com a Constituição venezuelana da época, um presidente interino poderia permanecer apenas 90 dias no poder. A solução, no entanto, veio em apenas duas semanas. Em junho o Congresso elegeu de maneira indireta o senador independente Ramón Velásquez, em um movimento que foi percebido como um acordo entre a AD e o Copei. Velásquez permaneceu apenas oito meses no poder e realizou um governo de transição formado por políticos independentes

dos dois principais partidos venezuelanos. Sua administração organizou as eleições presidenciais de dezembro, na qual Rafael Caldeira foi o vencedor.

O ex-presidente Rafael Caldeira Rodrigues, do Comitê de Organização Política Independente (Copei) foi eleito em 1993 com 30,5% dos votos válidos pela frente Convergência Nacional, uma aliança de 17 partidos de diferentes matizes no espectro ideológico. Suas principais bandeiras políticas consistiam no combate à corrupção, uma das maiores marcas do puntofijismo, e na oposição ao ajuste macroeconômico protagonizado pela administração anterior. A vitória de Caldera significou que, pela primeira vez desde 1958, a AD e o Copei não conseguiram eleger o presidente. Nesse momento, o sistema partidário venezuelano já era bem mais volatilizado do que em 1988, o que permitiu que uma terceira força chegasse com reais condições de disputar a presidência.

Em 1994, Caldera resolveu anistiar Hugo Chávez e os demais líderes do golpe militar de 1992, libertando-os da prisão. De acordo com Lalander, o governo Caldera foi muito mais intervencionista do que as administrações Andrés Pérez e Velásquez, estabelecendo controle dos preços e do câmbio. Ainda em 1994, uma crise financeira provocou o colapso do sistema bancário, o que levou o Estado a assumir o controle de 18 bancos privados e a fuga de 322 banqueiros do país, com o objetivo de escapar das acusações de fraude econômica, levando milhões de dólares na bagagem (LALANDER, 2010: p.141).

No entanto, o primeiro conjunto de medidas tomadas presidente Caldera não foi capaz de trazer bons ventos para a economia do país. Em 1996, a Venezuela registrou uma inflação histórica de 103% e o crescimento negativo do PIB de menos de meio ponto, após o aumento de 4% do ano anterior.

A partir de 1995, em uma tentativa de mudar a orientação da economia, o governo da Convergência optou por tomar os rumos do neoliberalismo, inclusive com a assinatura de um acordo com o FMI e o compromisso de reformas. O referido movimento ficou conhecido como *Agenda Venezuela*. Para manter o apoio da esquerda a seu governo, Caldera nomeou Teodoro Petkoff, um famoso ex-guerrilheiro venezuelano, para ministro do planejamento. Se em um primeiro momento as novas medidas econômicas tomadas pelo presidente deram certo, com o passar do tempo a

Venezuela retornou aos problemas de outrora, principalmente em razão da crise que afetou o continente. Ao mesmo tempo, a conjuntura desfavorável das exportações de petróleo contribuiu para piorar ainda mais a situação das reservas venezuelanas. Ao fim de seu governo, o movimento Convergência teve um péssimo desempenho eleitoral, não apresentando candidato a sucessão presidencial e obtendo apenas 2,4% dos votos para o legislativo, sendo arrebatado pela expressiva votação de Hugo Chávez Frias e seu recém-criado Movimento Quinta República (MVR), como será visto a seguir.

De acordo com Leite e Flores, após dois anos na prisão e demitido do Exército, Hugo Chávez incorporou-se à vida político-institucional e apresentou sua candidatura para as eleições presidenciais de 1998 pelo MVR, sendo eleito com 62,46% dos votos. A vitória de Chávez representou o ocaso do sistema político inaugurado em 1958 e enfraquecido ao extremo na década de 1990. Em sua campanha, o novo presidente prometeu combater a corrupção praticada pela classe política e econômica dominante e uma total refundação da República (LEITE E FLORES, 2007: p 344).

De acordo com Lalander, um dos principais motivos para a eleição de Chávez consiste em seu protagonismo na tentativa de golpe em 1992, quando o então tenente-coronel era uma das principais figuras do *Movimiento Bolivariano Revolucionário* (MBR-200). Ao ser preso, Chávez deu um rápida entrevista em que admitia que a tentativa de golpe tinha sido motivada pelo entendimento de um grupo de militares que as Forças Armadas e a polícia deveriam proteger a população e não utilizar da força contra ela, como aconteceu no *Caracazo*. Foi nessa mesma entrevista que Chávez pronunciou uma de suas mais importantes falas, ao ordenar aos seus comandados o fim do golpe militar e a deposição das armas dos revoltosos; sua mensagem de que revolução bolivariana não havia sido derrotada, mas que, “por agora”, todos deveriam retornar às suas atividades anteriores ao golpe. Muitos analistas sugerem que Chávez teria vencido indiretamente as eleições de 1998 como um resultado daquele rápido momento televisivo em 1992 (LALANDER, 2010: p. 135).

Cumprindo sua palavra, logo após sua posse Chávez convocou mediante decreto a realização de um referendo que o autorizou a organizar as eleições para uma Assembleia Constituinte que se encarregaria de elaborar uma nova Constituição, que foi aprovada em 1999. A nova Carta Magna estabeleceu as bases para a nova República, daquele momento em diante chamada de bolivariana (LEITE E FLORES, 2007: p. 344).

Dentre as principais mudanças instituídas pela nova Constituição, ressaltou: a transformação do Parlamento de bicameral em unicameral; a modificação da estrutura do Judiciário, estabelecendo eleições para juízes e o esvaziamento do sistema bipartidário, já enfraquecido nas últimas eleições. Para Villa, as alterações promovidas por Chávez indicariam “*uma forte preferência por uma administração feita a partir de mudanças*”:

O meu argumento explicativo é o de que Chávez rompe com uma característica fundamental do sistema democrático que se inaugura em 1958, isto é, a representação e a organização multiclassista das instituições em privilégio dos setores mais pobres da população, que se tornou sua principal base política. Essa novidade na política venezuelana nos conduz a interpretar a mudança na época de Chávez não só em bases políticas, mas também em bases sociopolíticas. (VILLA, 2005: p. 18)

Em 2000, foram convocadas novas eleições para todos os cargos de representação política, com resultados favoráveis ao presidente. A sucessão desses eventos permitiu a Chávez as condições necessárias para a concretização das reformas políticas, econômicas e sociais que desejava realizar na Venezuela. Contudo, o novo governo acabou sendo confrontado por fortes movimentos de oposição protagonizados por um heterogêneo grupo composto por partidos políticos, organizações empresariais, mídia privada e grupos do exército. A partir de então, a oposição venezuelana contestou a legitimidade do mandato de Chávez, como será visto a seguir (LEITE E FLORES, 2007: p. 345).

Inserido no contexto favorável proporcionado pelas eleições de 2000, o presidente recebeu do legislativo maior liberdade para legislar. No final de 2001, o Executivo anunciou um pacote de 49 leis, três das quais causaram grande polêmica por autorizarem a expropriação de terras improdutivas, o aumento da participação do Estado na economia petrolífera e o impulso à coletivização das atividades pesqueiras. A oposição reagiu de maneira veemente às novas leis, principalmente os setores diretamente afetados por ela - proprietários rurais, banqueiros e empresários dos setores pesqueiro e petrolífero (LEITE E FLORES, 2007: p. 346).

Em seguida, se somaram ao grupo dos descontentes praticamente todo o setor privado do país, agrupado na Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecâmaras), a Central de Trabalhadores da Venezuela

(CTV), além dos membros dos tradicionais partidos aliados do centro político, a AD e o Copei, e de outros movimentos políticos contrários à Chávez. Como demonstram Leite e Flores, no início de 2002, o panorama político venezuelano era francamente adverso à governabilidade. A tensão teria se tornado ainda maior com a adesão de vários militares de alta patente – muitos dos quais descontentes com o viés esquerdista do governo ao movimento oposicionista (LEITE E FLORES, 2007: p. 347).

No início de abril de 2002, os trabalhadores do setor petrolífero anunciaram uma paralisação e, logo depois, foi convocada uma greve geral, prorrogada por tempo indefinido. Com o passar dos dias, aumentaram as passeatas contra o presidente, contando com a presença de milhares de pessoas. Em resposta, as ruas também foram tomadas por milhares de simpatizantes do presidente Chávez. A grande tensão presente nas vias ruas de Caracas naquele momento chegou ao seu auge quando manifestantes chavistas e antichavistas confrontaram-se em frente ao Palácio de Miraflores, sede do Poder Executivo, tendo como resultado do conflito a morte de 14 pessoas. Buscando acalmar a situação, Chávez resolveu fazer um pronunciamento em cadeia nacional. Surpreendentemente, a imagem que chegou aos lares venezuelanos foi editada pelas principais emissoras de televisão da Venezuela, que apoiando a tentativa de golpe que logo viria acontecer manipularam as imagens da manifestação, mostrando apenas a ação dos simpatizantes armados de Chávez que supostamente teriam atirado contra a população civil desarmada (que supostamente estaria contra Chávez), o que foi posteriormente comprovado que não aconteceu. Com isso, deram a entender que o presidente havia perdido o controle do país, que se encontrava naquele momento sem rumo. Sobre os acontecimentos que se seguiram posteriormente, cito Leite e Flores:

Na madrugada do 12 de abril, o presidente Hugo Chávez foi preso por um grupo de militares e levado para uma base do Exército fora de Caracas. Anunciou-se a “renúncia espontânea” do presidente e nomeou-se, por decreto, o líder da Fedecámaras, Pedro Carmona, como chefe do novo governo provisório. O decreto não reconhecia os deputados eleitos da Assembleia Nacional e outorgava a Carmona poderes extraordinários para renovar a totalidade dos poderes públicos, inclusive os Poderes Judiciário e Eleitoral.

Nesse meio tempo, militares leais ao presidente já se mobilizavam para resgatá-lo da base para onde tinha sido levado. Parte dos membros das Forças Armadas, que inicialmente apoiara o golpe, voltou atrás logo que o decreto de Carmona veio a público. O vice-presidente, Diosdado Cabello, compareceu ao Palácio de Miraflores, que já tinha sido cercado por simpatizantes de Chávez e pelos membros do gabinete, para exercer provisoriamente as funções de presidente. Na manhã de 14 de abril, Hugo

Chávez teve seu cargo restituído e dirigia uma mensagem à nação, clamando pela unidade e pela reconciliação (LEITE E FLORES, 2007: p. 348).

Mesmo após o fracasso do golpe, setores militares e privados ainda tentaram retirar o presidente do poder, organizando novas marchas, greves gerais e até mesmo ensaios de novas insurreições militares. Funcionários do alto e médio escalão da empresa Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) aderiram ao novo movimento de paralisação, levando ao declínio da produção do petróleo e à carência de alimentos e outros produtos de primeira necessidade.

Diante ao insucesso dessa primeira onda de tentativas extrainstitucionais contra o presidente, a aliança opositora resolveu explorar os canais constitucionais de revogação de mandatos. No entanto, as sucessivas campanhas de coleção de assinaturas a favor de um referendo encontraram sérios obstáculos iniciais da parte das autoridades eleitorais e judiciárias antes de efetivamente ser convocada a consulta com caráter vinculante. Uma primeira tentativa de realizar um referendo consultivo foi desautorizada pelo Tribunal Supremo de Justiça, em razão da necessidade de renovar a diretoria do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), até então composta por autoridades provisórias. Posteriormente, e já com um novo CNE nomeado pelo tribunal, uma segunda campanha de assinaturas foi invalidada sob o argumento de que ela se havia realizado antes do presidente completar a metade de seu mandato, como ordenava a constituição. Ainda a terceira e última campanha de assinaturas, realizada em março de 2004, não conseguiu ser validada imediatamente devido ao argumento das autoridades eleitorais de que algumas assinaturas poderiam ter sido falsificadas.

Em agosto de 2004, materializou-se o disposto no artigo 72 da constituição venezuelana com a realização, a pedido de uma parcela expressiva de cidadãos, de um referendo popular sobre a continuidade no cargo do presidente Hugo Chávez. Em junho daquele ano, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) validou as assinaturas coletadas entre pelo menos 20% dos eleitores inscritos e organizou a consulta em nível nacional. Os eleitores deram uma ampla vitória ao presidente, abrindo assim um período de estabilidade e legitimidade renovada para o governo. Dessa forma, os mecanismos de revogação de mandatos na Venezuela se revelaram um instrumento eficaz para canalizar

por vias institucionais as tensões próprias de um processo político altamente polarizado (COELHO, CUNHA FILHO e FLORES, 2010: p.14).

Podemos afirmar que o paroxismo da tentativa de formulação de uma coalizão de governo estável e confiável ocorreu na Venezuela após o triunfo de Chávez no referendo de 2004. Na ocasião, o presidente anunciou sua intenção de reunir todos os membros de sua coalizão de governo em um único partido, o que de fato foi realizado com a criação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

Durante muito tempo os opositores questionaram a legitimidade da nova constituição e se recusaram a participar em muitos dos mecanismos por ela estabelecidos, tendo boicotado, por exemplo, as eleições legislativas de 2005. Isto permitiu ao presidente Chávez obter a totalidade da representação na Assembleia Nacional para deputados afins ao governo, fato muitas vezes alardeado como prova de que não existiria oposição e que as instituições seriam uma fachada para uma ditadura de fato (Cunha Filho e Flores, 2009, p. 6). De acordo com Flores: *“durante o período de 2006-2011, o Legislativo venezuelano foi amplamente dominado pelas forças governistas, que sem problemas outorgaram poderes especiais ao Executivo para legislar”* (FLORES, 2010: p. 15).

Após o triunfo no referendo de 2004, Chávez conseguiu nova vitória em 2006, quando foi reeleito presidente após derrotar o candidato da oposição Manuel Rosales, com 62,9% dos votos. Mais uma vez a eleição foi considerada limpa e livre de fraudes por observadores internacionais. Em sua posse, o presidente anunciou que levaria a Venezuela ao chamado “socialismo do século XXI” e lançou o slogan “Pátria, socialismo ou morte”. Pouco depois, o mandatário anunciou sua intenção de reunir todos os membros de sua coalizão de governo em um único partido, o que de fato foi realizado com a criação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

Em 2007, Chávez propõe um amplo conjunto de reformas constitucionais que ampliariam ainda mais seu poder e acelerariam a construção do socialismo na Venezuela, tentando reformar 69 artigos da Carta Magna. Seu intento, no entanto, não obteve sucesso, no que significou a primeira derrota de Chávez desde que assumiu a presidência, em 1998. O percentual contrário às reformas foi de 51,05%. Segundo Flores:

a perda de quase três milhões de votos em relação à eleição presidencial do ano anterior propiciou recuos obrigatórios que impediram que o programa de transformações no terreno institucional e econômico idealizado pelo governo avançasse com a rapidez desejada. (FLORES, 2009: p. 8).

No final de 2008, no entanto, o presidente conseguiu mais uma grande vitória e contornou a derrota do ano anterior: obtém a promoção de um referendo para a aprovação de uma emenda a vários artigos da Constituição, dentre eles aquele que eliminava as barreiras para que os ocupantes de cargos de representação se apresentassem como candidatos à reeleição. O “sim” à reeleição foi vencedor com 54,86% dos votos. Na prática, a mudança permitiu ao mandatário um número indefinido de candidaturas à reeleição, ampliando a possibilidade de perpetuação de sua figura no poder até o momento de sua morte (FLORES, 2009: p. 6).

Novas eleições parlamentares foram realizadas na Venezuela em setembro de 2011 e dessa vez contaram com a participação dos partidos de oposição, que haviam boicotado o processo em 2006. De acordo com Flores, destacou-se a ação conjunta da oposição no sentido de se apresentar como um bloco unificado e alternativo à Chávez dentro dos marcos legais e institucionais das eleições, sob o guarda-chuva da chamada Mesa de Unidade Democrática (MUD). Segundo o referido autor, desde 2006 a oposição já participou de quatro eleições consecutivas sem questionar de maneira significativa a legitimidade dos resultados (FLORES, 2010: p. 13).

No final de 2012 foram realizadas novas eleições presidenciais e Hugo Chávez foi reeleito para seu terceiro mandato consecutivo, derrotando o empresário Henrique Capriles com 55,8% dos votos. Chávez, no entanto, não pode assumir oficialmente a presidência, por estar em Cuba em tratamento médico. No dia 05 de março de 2013, o vice-presidente Nicolás Maduro (Psuv) anunciou oficialmente a morte de Hugo Chávez aos 58 anos, após anos de luta contra um câncer na região pélvica. Novas eleições foram convocadas e Maduro foi declarado vencedor do pleito com apenas 300 mil votos a mais do que Henrique Capriles, representando uma diferença de apenas 1,8% dos votos válidos.

Ação da sociedade civil

Outro ator fundamental a ser considerado na definição da estabilidade política e presidencial na Venezuela foram os movimentos sociais, ou em maior grau, a sociedade civil, que exerceram papel fundamental na democracia venezuelana não apenas contribuindo para quedas de Andrés Perez em 1993, mas também para a manutenção de Chávez no poder na ocasião do golpe de 2002.

A sociedade civil e os movimentos sociais se aglutinaram em dois polos opostos – a favor ou contra Chávez. O primeiro evento relevante nesse novo contexto ocorreu contra o presidente e foi o chamado *Paro Cívico*, em dezembro de 2001, posteriormente sucedido por mais três episódios desse tipo. Convocado pela *Federación de Cámaras de Indústria y Comercio* (Fedecámaras), a máxima organização patronal do país, representou o primeiro grande enfrentamento entre os distintos grupos empresariais e o governo de Chávez. A partir desse momento, seriam constantes as manifestações nas ruas exigindo a saída do presidente ou clamando por sua permanência. O conflito chegou a seu ápice meses depois, com a paralisação das atividades administrativas da estatal do petróleo PDVSA, respaldada pela Fedecámaras, que tomou a iniciativa de convocar um novo *Paro Cívico*, organizado por organizações sociais e políticas de oposição, além da *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) e do episcopado da Igreja católica. Tais acontecimentos foram o estopim para o golpe realizado em seguida contra o presidente Chávez, caracterizado por Maya como uma insurreição civil violenta, deixando como resultado 19 mortos e mais de uma centena de feridos (MAYA, 2004: p. 28).

Em resposta ao golpe e às informações desencontradas sobre o paradeiro de Chávez, milhares de cidadãos venezuelanos oriundos dos setores populares do país, além de diversas organizações civis, foram às ruas exigindo o retorno do mandatário. A esses grupos se aliaram militares fiéis ao presidente, proporcionando a mudança na correlação de forças e o contragolpe que permitiu o regresso do mandatário eleito democraticamente à presidência. De acordo com Maya, o retorno de Chávez ao poder após o golpe liderado por Pedro Carmona deve-se principalmente à atuação decisiva de parcela considerável da população venezuelana, que apoiou o mandatário. A referida autora, ao analisar o golpe e o contragolpe ocorridos na Venezuela em 2002, afirma que em ambos os casos uma significativa porção de venezuelanos civis e militares se

sublevaram contra o governo, desconhecendo sua legalidade e legitimidade, ao mesmo tempo em que outra expressiva porção de venezuelanos, igualmente formada por militares e civis, também se mobilizou, expondo suas vidas para defender o presidente (MAYA, 2004).

Sobre as possibilidades de análise da sociedade civil e dos movimentos sociais na Venezuela após a chegada de Hugo Chávez ao poder, Mirza reconhece que o modelo tradicional de análise dos movimentos sociais não consegue dar conta totalmente do quadro venezuelano contemporâneo. Segundo o autor, a partir de meados dos anos 1990, o sistema de partidos se desinstitucionalizou. Contudo, apesar do fortalecimento dos movimentos sociais, estes ainda não teriam atingido um grau de autonomia e representatividade. Desse modo, desde então e até os dias atuais a diversidade dos movimentos sociais na Venezuela teria se dividido em torno da dinâmica *chavismo/anti-chavismo* (Mirza, 2006).

Reformas constitucionais e instabilidade

Pessanha (2002) afirma que os processos de transição política que se realizaram na América Latina, em sua maioria, foram consolidados com mudanças constitucionais que, em alguns casos, sofreram descontinuidades ou profundas modificações. Tais processos muitas vezes ocorreram através da introdução de sucessivas emendas e desobediência ao texto constitucional produzido por maiorias parlamentares, sem a devida atenção aos princípios republicanos, responsáveis pelos limites e pelos instrumentos populares adequados ao controle do poder político.

Geralmente inscritas dentro do contexto de maior centralização do Executivo e hiperpresidencialismo, nem sempre tais reformas ocorreram de maneira pacífica ou apenas como uma delegação do Legislativo para os mandatários. Em muitos casos, o que aconteceu foi justamente o contrário, gerando embates entre o Executivo e os demais poderes. Analisar a forma como o referido conflito aconteceu, nos ajuda a entender a origem de alguns episódios de crise política das últimas décadas.

Assim, um dos objetivos dessa subseção será relacionar algumas tentativas de reformas constitucionais na Venezuela a eventos de instabilidade política e presidencial,

considerando tanto aquelas introduzidas de uma única vez, através de Assembleia Constituinte, como aquelas resultantes de um longo processo de negociação entre as principais forças políticas de seus países.

Quando refletimos sobre os antecedentes do golpe realizado em 2002 contra Hugo Chávez na Venezuela, percebemos que uma das raízes da crise pode ser identificada nas tentativas de reforma constitucional promovidas pelo então mandatário. Logo após assumir o governo, em 1999, Chávez convocou mediante decreto um referendo que o autorizou a organizar as eleições para uma Assembleia Constituinte, que se encarregaria de elaborar uma nova Constituição. A nova Carta Magna, aprovada no mesmo ano, estabeleceu as bases para sua administração: transformou o Parlamento de bicameral em unicameral; modificou a estrutura do Judiciário; estabeleceu eleições para juízes e esvaziou o sistema bipartidário, já enfraquecido nas últimas eleições.

Analistas consideram que os impactos da nova Constituição na oposição foram intensos e acabaram levando a uma organização das forças conservadoras contra o mandato de Hugo Chávez. Em resposta, quando da ocasião do golpe de 12 de abril, o governo provisório comandado por Pedro Carmona anunciou as mudanças via decreto, que ao mesmo tempo em que instituía o novo presidente interino, não reconhecia os deputados eleitos da Assembleia Nacional e outorgava a Carmona poderes extraordinários para renovar a totalidade dos poderes públicos, inclusive os Poderes Judiciário e Eleitoral.

Com o retorno de Chávez ao poder, novas mudanças constitucionais foram anunciadas e realizadas pelo mandatário. Todas, sem exceção, constituíram motivos de embates entre o presidente e a oposição, gerando sucessivos eventos de crise política na Venezuela até sua morte, em 2013.

Conclusão

A reflexão sobre a instabilidade política e presidencial na Venezuela deve necessariamente levar em consideração a atuação da sociedade civil e dos movimentos sociais nos episódios de instabilidade política e presidencial. Deve também considerar as diversas tentativas de reformas constitucionais realizadas no país.

Se contemporaneamente a participação dos cidadãos é cada vez mais incentivada em todos os níveis dos processos políticos, como, por exemplo, nas novas Constituições promulgadas na Bolívia, no Equador e na Venezuela, o histórico do século XX nos mostrou justamente o contrário. Cabe recordar que há algumas décadas atrás, a teoria da modernização[v] caracterizava de maneira negativa a ação da mobilização popular, identificada no chamado “medo das massas”, no qual os atores sociais eram percebidos como elementos desestabilizadores das democracias. Naquele contexto, qualquer perturbação da ordem institucional vigente provocada pela mobilização social poderia ser enquadrada como um evento de instabilidade e de risco para a sobrevivência do regime.

Entretanto, a recente experiência latino-americana aqui retratada demonstrou que a participação das “massas” nos episódios que envolveram a real chance de queda de presidentes foi decisiva para a manutenção dos anseios da soberania popular, muitas vezes traída pela ação dos mandatários via estelionato eleitoral. Quando percebida por uma ótica progressista, a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais esteve longe de desestabilizar a democracia, como defendido no passado, mas contribuiu para o desenvolvimento do regime democrático na região: políticos e políticas indesejadas pela maioria da população foram substituídos em grande parte graças à ação decisiva dos cidadãos, que clamavam pelo cumprimento das promessas de campanha e por políticas que privilegiassem não só as elites, mas a maior parte dos grupos historicamente marginalizados e em situação de vulnerabilidade econômica.

Desse modo, a reflexão sobre o atual estado e as perspectivas sobre a democracia na América Latina deve obrigatoriamente considerar os representantes da sociedade civil organizada não como elementos desestabilizadores, mas como atores que irão garantir o equilíbrio democrático na região vetando presidentes e políticas que vão de encontro aos anseios da maioria da população. No lugar de serem alijados da política, os atores sociais devem estar cada vez mais inseridos em todas as fases do processo, visto que a democracia é um arranjo político que busca maximizar o bem-estar dos seus cidadãos. Democracias que não sejam de massa estão necessariamente equivocadas.

Parte da luta dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada também pode ser compreendida como uma disputa de grupos historicamente marginalizados

pelo acesso ao poder. Países como a Venezuela, por exemplo, mantiveram a mesma elite no comando do país por praticamente meio século, a partir do conhecido Pacto de *Punto Fijo*. Na Bolívia, no Equador e no Peru, o grande contingente de cidadãos de origem indígena passou a maior parte do século sem a possibilidade de se candidatarem a cargos eletivos.[vi]

Como sabido, um dos eixos principais para uma democracia moderna e efetiva, ou “a poliarquia” imaginada por Dahl, é justamente a inclusão, a participação política. Dessa maneira, representantes clássicos da burguesia proprietária latino-americana como Collor no Brasil, Andrés Pérez na Venezuela, Sánchez de Lozada na Bolívia, entre outros, foram retirados do poder em grande parte pelos grupos populares que acreditaram nas promessas não cumpridas e que pediam de volta a soberania inscrita na delegação de seus mandatos individuais aos presidentes.

Devemos chamar a atenção para um fenômeno já citado ao longo desse trabalho: a atuação da sociedade civil e de alguns movimentos sociais para a manutenção de presidentes em momentos de crise política com real chance de queda de mandatários, como ocorreu no golpe contra Hugo Chávez na Venezuela, em 2002. A força da população também foi fundamental no posterior *recall* feito por Chávez para decidir se os venezuelanos desejavam ou não sua permanência no poder. Hochstetler argumenta que tática de referendos e *recalls* poderia servir para ajudar os presidentes a se manterem no cargo caso de fato os mandatários conseguissem implementar essa alternativa nos momentos de crise. A realidade das últimas décadas, no entanto, mostrou que na grande maioria das vezes, eles não tiveram tempo (HOCHSTETLER, 2011: p. 127).

Outra demonstração de aprimoramento da democracia na América Latina pode ser percebida no aumento da participação cidadã em várias instâncias do processo político. Como resposta ao estelionato eleitoral e ao hiperpresidencialismo do passado recente, algumas iniciativas foram tomadas em países específicos (especialmente Bolívia, Equador e Venezuela) no sentido de ampliar o número de referendos e consultas populares como um meio legítimo de aprofundar a democracia e evitar maiores crises. O aumento da participação cidadã ao longo dos mandatos presidenciais pode servir para diminuir ou mesmo evitar crises, flexibilizando a polarização dos atores através do reconhecimento e da aceitação da opinião soberana da maioria da

população por membros oriundos das forças distantes do centro, exatamente os grupos com maior chance de iniciaram um crise política em seus países.

A utilização desse tipo de instrumento, apesar de controversa e custosa, tanto do ponto de vista de sua organização como por seus custos financeiros, pode ter resultados muito importantes tanto para redirecionar os presidentes sobre os rumos de suas políticas como também para rechaçar atitudes contrárias aos desejos da soberania popular. Diversos foram os casos em que as consultas populares obtiveram êxito quando efetivamente realizadas.

Coelho, Cunha Filho e Flores (2011, p. 15) mostram que a aposta por instituições participativas no marco dos sistemas políticos latino-americanos contemporâneos sinaliza a abertura do processo decisório para novos atores com demandas pela ampliação da participação. Mas, ao mesmo tempo, destacam questões oriundas do debate teórico em torno das instituições democráticas que anunciam o desafio que comporta implementar em sua forma plena todos esses novos mecanismos.

Bibliografia

AUMAITRE, José Vicente. Gobernabilidad democrática y reformas políticas en Venezuela. In HOFMEISTER, Wilhelm (org.). **Reformas políticas en América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

COELHO, André Luiz. **Por que caem os presidentes? Contestação e permanência na América Latina**. Tese (Doutorado em Ciência Política) Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013.

COELHO, André Luiz; CUNHA FILHO, Clayton; FLORES, Fidel. Mecanismos de democracia participativa: o que há de comum nas constituições da Bolívia, Equador e Venezuela? **Observador On-line**, v. 4, n. 7, julho de 2009. Disponível em http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/56_observador_topico_Observador_v_4_n_07.pdf.

_____. Os desafios da participação: novas instituições democráticas e suas perspectivas na Bolívia, Equador e Venezuela. **Observador On-line**, v. 6, n. 10,

outubro de 2011. Disponível em http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/observador_v_6_n_10_2011.pdf. Acesso em 20 jan. 2013.

FLORES, Fidel. _____. Chávez ganha a disputa pela reeleição ilimitada. **Boletim OPSA**, v. 1, p. 6-14, 2009. Disponível em: http://www.opsa.com.br/images/pdf/boletim/35_boletins_Boletim_01_jan_fev_2009.pdf.

_____. Eleição parlamentar na Venezuela: um balanço de duas faces. **Boletim OPSA**, v. 4, p. 12-16, 2009. Disponível em: http://www.opsa.com.br/images/pdf/boletim/44_boletins_Boletim_04_jul_ago_2010.pdf.

HOCHSTETLER, Kathryn. **The fates of presidents in post-transition Latin America**. **Journal of Politics in Latin America**, v. 3, ed. 1, p. 125-141. 2011.

LAISNER, Regina. Visões da democracia: o debate entre tradições e o caminho para um novo modelo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v. 2. 2008.

LALANDER, Richard. The impeachment of Carlos Andrés Pérez and the collapse of Venezuelan patryarchy. In: LLANOS, Mariana; MARSTEINTREDET, Leiv (Org). **Presidential Breakdowns in Latin America**. New York: Palgrave Macmillan. 2010.

LEITE, Iara; PÉREZ FLORES, Fidel. Refundações, conflito e polarização na Venezuela de Chávez. In: M. R. Soares de Lima M. V. Coutinho (Orgs.); **A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI**. p.341 - 374. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LIMONGI, Fernando. Prefácio. In: DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

MAYA, Margaríta. Insurrecciones de 2002 en Venezuela: causas e implicaciones. In: SEOANE, José (Org). **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires, Clacso, 2004.

MIRZA, Christian. Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina – la construcción de nuevas democracias. Buenos Aires: **Conselho Latino-americano de Ciências Sociais** – Clacso, 2006.

O'DONNEL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova, no 4, 1998.

PÉREZ LIÑÁN, Aníbal. Instituciones, coaliciones callejeras e inestabilidad política: perspectivas teóricas sobre las crisis presidenciales. **América Latina Hoy**, n. 49, pp. 105-126. 2008.

_____. Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina, Buenos Aires, **Fondo de Cultura Económica**, 2009.

PESSANHA, Charles. O poder executivo e o processo legislativo nas Constituições brasileiras – teoria e prática. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

STOKES, Susan. **Mandates and Democracy: Neoliberalism by Surprise in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

VILLA, Rafael. **Venezuela: mudanças políticas na era Chávez**. Estudos Avançados, vol. 19, n. 55. São Paulo, 2005.

Notas:

[i] Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (Iesp-Uerj) e professor dos cursos de Relações Internacionais e Direito do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE/RJ). Possui graduação em Ciências Sociais (2004) e mestrado em Ciência Política (2007) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[ii] O pacto de Punto Fijo foi um acordo realizado após o fim do regime militar, em 1958, na cidade venezuelana de Punto Fijo, entre os partidos Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei) dando origem ao celebrado e pouco inclusivo sistema bipartidário venezuelano.

[iii] Andrés Pérez já havia sido presidente da Venezuela entre 1974 e 1979.

[iv] Stokes (2001), ao analisar a implementação das reformas neoliberais na região, chama atenção para a ocorrência do estelionato eleitoral (policy switch), ação estratégica dos representantes que ocultam suas reais intenções e prometem a adoção de políticas atrativas para os eleitores durante as campanhas e que, após eleitos, modificam radicalmente com a implementação de políticas conservadoras antipopulares.

[v] Fernando Limongi (1997), ao redigir o prefácio da edição brasileira do clássico “A Poliarquia” de Robert Dahl (1997), sustenta que a teoria da modernização é: “Normalmente definida como o processo de transformações sociais pelo qual as sociedades passam ao transitar do tradicional ao moderno, processo em meio ao qual ocorre a diferenciação e a autonomização das diferentes esferas da vida social. A obtenção de uma democracia estável é o ponto culminante desse processo, marcado pelo aparecimento e incremento prévio da urbanização, educação, comunicação de massa, burocratização e etc”. (Limongi, 1997, p. 13).

[vi] Os movimentos étnicos desses países conseguiram diversas vitórias nas últimas décadas, como por exemplo: conquista do ensino bilíngue nas escolas; modificações nos sistemas eleitorais no sentido da descentralização administrativa e diminuição das barreiras para a presença de partidos políticos étnicos, antes minoritários ou inexistentes; cotas para a representação parlamentar; reforma política incorporando direitos indígenas no Equador e na Bolívia, com o reconhecimento de um Estado Plurinacional, entre outros.